
Município de Alpiarça

Órgão: Câmara Municipal

Ata N.º 4/2025

23 de dezembro de 2025

Assunto: Reunião Ordinária da Câmara Municipal

Início da reunião: 09h46m	Término da reunião: 11h43m
----------------------------------	-----------------------------------

Presidente da Câmara Municipal:

Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes

Vereadores da Câmara Municipal:

Mário Fernando Atracado Pereira

João Luís da Graça Formiga

Jorge Manuel Claudino de Freitas

Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo

Secretária:

Vanessa Alexandra Pepino dos Santos

--- Aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, nesta Vila de Alpiarça, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2025/2029, sob a Presidência da Excelentíssima senhora Presidente Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes e com a participação dos senhores Vereadores Mário Fernando Atracado Pereira, João Luís da Graça Formiga, Jorge Manuel Claudino de Freitas e Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo. Secretariou a reunião Vanessa Alexandra Pepino dos Santos, Técnica da Subunidade de Administração Geral – Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Alpiarça. -----

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do N.º 2 do artigo 53.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei N.º 75/2013 de 12 de setembro, foi a seguinte: -----

--- **01: Deliberação – Proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 26 de novembro de 2025 - N.º 3/2025 - Mandato 2025 – 2029.** -----

--- **02: Deliberação – Proposta de aprovação de Minuta de Protocolo a estabelecer com o Centro de Reabilitação e Integração de Almeirim – CRIAL, no âmbito das Atividades Socialmente Úteis.** -----

--- **03: Ratificação – Proposta de ratificação de atribuição de apoio à “Associação Popular de Cultura e Recreio do Casalinho” para a realização da Festa de Natal.** -----

--- **04: Ratificação - Procedimento de Concurso Público n.º 02/2025/CCE para a celebração de Acordos-Quadro para a “Aquisição de Combustíveis Rodoviários, Gás Propano a Granel e Lubrificantes” - Decisão de não adjudicação e extinção do Procedimento, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 79.º e 80.º do Código dos Contratos Públicos.** -----

--- **05: Conhecimento - Compromissos Plurianuais assumidos durante o Mandato 2021-2025.** -----

--- **06: Ratificação – Proposta de manutenção de Tarifário para 2026 – Águas do Ribatejo.** -----

--- **07: Deliberação – Proposta de aprovação da designação de Fiscal Único da “AR – Águas do Ribatejo, E.I.M., S.A.” para o Mandato 2025-2029.** -----

--- **08: Deliberação – Proposta de deliberação quanto ao cumprimento da obrigação de equilíbrio de contas prevista na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, referente à Empresa Intermunicipal de Transportes Lezíria do Tejo EIM, SA.** -----

--- **09: Conhecimento - Auto de Receção Provisória Parcial - Empreitada de Construção da Unidade de Saúde Familiar de Alpiarça e Arranjos Exteriores.** -----

--- **10: Ratificação – Proposta de ratificação da aprovação dos Trabalhos Complementares nº 4 e**



aprovação da Minuta do Contrato - Empreitada de Construção da Unidade de Saúde Familiar de Alpiarça e Arranjos Exteriores. -----

--- 11: Deliberação – Proposta de autorização de abate de bens ao inventário – Edifício Casa dos Patudos - Museu de Alpiarça. -----

--- 12: Ratificação – Ratificação da aprovação de Trabalhos a Menos - Construção do Posto Territorial da GNR de Alpiarça. -----

--- 13: Deliberação – Proposta de Mapa de Pessoal para o ano 2026. -----

--- 14: Deliberação – Proposta de aprovação do início do procedimento de elaboração do “Regulamento da Creche Municipal de Alpiarça”. -----

--- 15: Deliberação – Proposta de aprovação do Projeto de Carta Municipal de Habitação (CMH) do Concelho de Alpiarça - “Relatório de Diagnóstico prospetivo”/“Proposta Preliminar” e “Estratégia” e submissão a consulta pública. -----

--- 16: Deliberação – Aprovação da Isenção da Renda Mensal – DEZEMBRO - ELH 1º DT. -----

--- 17: Deliberação – Proposta de aprovação do Pagamento da Contrapartida do Município de Alpiarça à Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, no âmbito das Brigadas de Sapadores Florestais da Lezíria do Tejo – 1.º Semestre de 2025. -----

--- 18: Deliberação – Proposta de Documentos Previsionais para o ano de 2026. -----

--- 19: Ratificação – Proposta de ratificação da aprovação da Tabela de Preços dos Livros - “Feira do Livro” do Mercado de Natal”. -----

--- **ABERTURA DA REUNIÃO** -----

--- A reunião foi aberta pela senhora Presidente da Câmara, eram nove horas e quarenta e seis minutos, que cumprimentou todos os presentes e deu conhecimento do resumo diário de tesouraria, referente ao dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e cinco, com um total de disponibilidades de 3.045.613,77 euros (três milhões, quarenta e cinco mil, seiscentos e treze euros, setenta e sete cêntimos).

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- A senhora Presidente iniciou o período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores. -----

--- O senhor Vereador Mário Pereira tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e referiu que a primeira questão prendeu-se com uma notícia de que teve recentemente conhecimento, relacionada com



declarações do Presidente da Câmara Municipal de Santarém sobre a possibilidade de alteração da estação da CP e do traçado da Linha do Norte. Referiu que este é um assunto que não envolve apenas o território de Santarém, mas que assume relevância para toda a região de forma mais alargada. Salientou que não se trata de uma questão nova, uma vez que há muitos anos se fala na alteração do percurso da linha e na criação de uma nova estação em Santarém, que permita servir a região de forma mais eficaz, incluindo o eventual desvio da linha da zona da Ribeira de Santarém, por baixo das Portas do Sol. Referiu ainda que, tal como já havia mencionado noutras ocasiões, nomeadamente relativamente à estrada da estação e aos constrangimentos atualmente existentes, que poderão vir a agravar-se no futuro, considera importante que este processo não seja tratado apenas de forma bilateral entre o Município de Santarém e o Governo. Defendeu que a abordagem deveria envolver os vários municípios da região, sublinhando que, apesar da inexistência de regionalização no país e da falta de uma estrutura regional com legitimidade política direta para assumir estes interesses, existem entidades como a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo e a CCDR-LVT que podem e devem ser envolvidas, tratando-se de matérias relacionadas com mobilidade, segurança e gestão do território. Nesse sentido, considerou importante que a Câmara Municipal de Alpiarça e os restantes municípios da região possam discutir esta questão, eventualmente numa primeira fase no seio da Comunidade Intermunicipal, procurando uma solução equilibrada que salvaguarde os interesses de todos os concelhos e da própria região. Acrescentou que, tal como referido pelo Presidente da Câmara de Santarém na notícia em causa, faz sentido que Santarém aproveite esta oportunidade, o que beneficiará igualmente toda a região, sobretudo tendo em conta as obras que, em princípio, se iniciarão para a construção do novo aeroporto na área territorial, o que poderá conferir uma nova centralidade à região e potenciar o seu desenvolvimento. Referiu, por fim, que a situação da estrada da estação continua a ser caótica, considerando que as alterações anunciadas dificilmente terão eficácia estrutural, tratando-se apenas de soluções de circunstância. A segunda questão tem a ver com o projeto-piloto de recolha seletiva desenvolvido pela Ecoléziria. Recordou que se tratava de um projeto que vinha a ser preparado há algum tempo e que acabou por sofrer interrupções durante o período da pandemia de Covid-19. Referiu que, já no mandato anterior e com o atual executivo em funções, o projeto foi implementado numa área circunscrita do concelho de Alpiarça, com o objetivo de avaliar os procedimentos de recolha, os respetivos efeitos, custos e benefícios. Tendo em conta que o projeto se encontra em funcionamento há cerca de dois ou três anos, questionou se já foi realizada, ou se está em preparação, uma avaliação do mesmo. Perguntou ainda se está prevista a sua continuidade e eventual alargamento às restantes áreas urbanas dos municípios abrangidos pela Ecoléziria, ou se, pelo contrário, foram identificados custos elevados ou dificuldades logísticas que possam inviabilizar essa expansão.



Manifestou interesse em que os eleitos tenham conhecimento do ponto de situação e das perspetivas futuras deste projeto no âmbito da recolha seletiva de resíduos. Por último, abordou a questão do Centro de Saúde de Alpiarça, referindo que constava da ordem do dia a entrega provisória da obra à Câmara Municipal. Questionou como se encontrava o processo, nomeadamente se já existe uma previsão para a inauguração do novo espaço e para o início do seu funcionamento, de forma a servir a população. Associada a esta questão, colocou também o tema do futuro do edifício do atual Centro de Saúde, localizado junto à Casa do Povo, numa zona central do concelho e próxima das escolas, questionando se a Câmara Municipal já tem definida uma estratégia ou intenção relativamente à ocupação daquele espaço. Referiu ainda a situação das árvores que se encontravam previstas para plantação na zona junto ao atual Centro de Saúde, em substituição das que morreram, intervenção essa que, segundo recordou, já havia sido assumida pela senhora Presidente da Câmara em meses anteriores. Questionou se já existe previsão para a realização dessa plantação, referindo também preocupações manifestadas por alguns munícipes relativamente àquela zona. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e referiu que a primeira questão relacionou-se com as intervenções previstas em várias ruas do concelho. Nesse âmbito, questionou se já existe previsão para o início das obras na Rua Afonso de Albuquerque, que considera ser uma das vias incluídas nas intervenções anunciadas. Questionou igualmente sobre a Rua Doutor José António Simões, referindo que ambas se encontram atualmente bastante degradadas, sendo, no seu entendimento, das ruas que apresentam piores condições e que justificam uma intervenção prioritária. A segunda questão prendeu-se com a problemática do estacionamento na zona central da vila. Referiu que nessa área se concentram vários serviços públicos, nomeadamente as Finanças, o Cartório e a Conservatória, o que torna o estacionamento particularmente difícil. Mencionou ainda a situação junto ao Mercado Municipal, salientando a existência de uma bolsa de estacionamento que, contudo, não se encontra pavimentada. Acrescentou que, especialmente em períodos de chuva, essa situação se agrava, com a acumulação de água nos buracos existentes, apesar de ser, muitas vezes, o único local onde ainda é possível encontrar lugar para estacionar. Nesse sentido, questionou se estão previstas intervenções para a melhoria das condições dessa bolsa de estacionamento e se existe a intenção de criar novas bolsas de estacionamento ou de aumentar a capacidade de estacionamento na zona envolvente ao Mercado Municipal. -----

--- Respondeu a senhora Presidente, que começou por referir que relativamente à primeira questão, relacionada com a notícia sobre a eventual alteração da localização da estação ferroviária de Santarém, foi referido que, antes da divulgação dessa notícia, o assunto não havia chegado ao conhecimento dos



Presidentes de Câmara, nem através da Comunidade Intermunicipal, nem por qualquer outra via institucional. Assim, a informação foi transmitida publicamente como uma novidade, pelo senhor Presidente da Câmara de Santarém, não tendo existido, até esse momento, qualquer contacto ou comunicação formal sobre a matéria. De acordo com o teor da notícia, e fazendo fé na informação nela constante, aquilo que estará a ser equacionado será a possibilidade de o próprio Governo admitir o estudo da transferência da estação ferroviária para a zona do Sacapeito, área onde se encontra em construção o novo Hospital da Luz. Foi salientado que todos os projetos que tenham impacto a nível regional assumem particular relevância, desde logo por funcionarem como âncoras de desenvolvimento da região, não apenas para o concelho de Santarém, mas para todo o território envolvente. Foi ainda referido que o problema da estação ferroviária é antigo e se encontra identificado há muito tempo, existindo diversos constrangimentos associados, nomeadamente ao nível da propriedade dos terrenos e da capacidade de investimento da CP, ainda que atualmente existam fundos comunitários disponíveis e elegíveis para a área da mobilidade, matéria que se revela particularmente pertinente neste contexto. Foi referido que se aguardará a evolução e o desenvolvimento deste processo, o qual se insere numa lógica mais ampla de mobilidade integrada, associada não só à componente ferroviária, mas também à componente rodoviária, nomeadamente no enquadramento da futura realidade do novo aeroporto. Neste âmbito, foi recordado que a concessão anteriormente existente para o IC3 cessou, após duas renovações, não sendo legalmente possível a sua manutenção, o que implicou a perda de validade jurídica dos traçados previstos, obrigando ao reinício de todo o processo. Apesar de existirem compromissos assumidos por sucessivos Governos relativamente ao avanço desta infraestrutura rodoviária, foi sublinhada a importância do IC3 para o concelho e para a região, quer do ponto de vista da mobilidade e da sustentabilidade, permitindo retirar o tráfego pesado do interior da vila, quer do ponto de vista do desenvolvimento empresarial, facilitando o acesso das empresas aos principais polos logísticos e, consequentemente, ao restante território nacional. Foi ainda referido que o Município estará naturalmente do lado de uma solução que permita viabilizar uma estação ferroviária moderna, capaz de responder às necessidades atuais, mas também preparada para o futuro. Neste enquadramento, foi salientado que o aumento da fixação de população proveniente da Área Metropolitana de Lisboa na região tornará cada vez mais premente a necessidade de um sistema de transporte rápido, eficiente e funcional, que permita às pessoas deslocarem-se com facilidade para os seus locais de trabalho. Nesse sentido, foi manifestada a intenção de o Município de Alpiarça acompanhar este processo e de se associar ativamente à sua evolução. Relativamente à segunda questão, referente ao projeto de ecologia, foi esclarecido que se trata de um projeto piloto que, apesar de se encontrar em funcionamento, não está



ainda totalmente concluído, uma vez que, na área de implementação, foram disponibilizados três contentores, não estando um deles a ser utilizado, dado que ainda não se realiza a recolha seletiva de biorresíduos. Foi referido que essa recolha terá obrigatoriamente de ser implementada, em conformidade com as diretivas comunitárias, as quais apontam claramente para a continuidade e o alargamento deste tipo de projetos piloto. Foi referido que a situação da Ecoléziria é atualmente frágil no que respeita à solução de deposição dos resíduos, tratando-se de uma realidade conhecida. Na sequência das recentes eleições autárquicas, a Ecoléziria procedeu à renovação dos seus órgãos de gestão, encontrando-se estes, previsivelmente, numa fase de balanço e de avaliação da situação da empresa, bem como das perspetivas futuras para o seu desenvolvimento. Foi ainda referido que o Município de Alpiarça já havia solicitado à Ecoléziria o alargamento da área de intervenção do projeto piloto, bem como o reforço da recolha seletiva, uma vez que subsiste um conjunto significativo de habitações que ainda não aderiram ao sistema. Simultaneamente, existem diversos munícipes que têm manifestado interesse em aderir à recolha seletiva de resíduos nas suas habitações, o que reforça a pertinência do alargamento do projeto. Foi sublinhado que este é um processo sem retorno, não sendo viável regressar a modelos anteriores de deposição indiferenciada de resíduos, até porque não existem atualmente condições adequadas para o seu tratamento e encaminhamento. Existe, como é do conhecimento geral, um problema sério relacionado com a capacidade dos aterros, sendo fundamental encontrar soluções sustentáveis, as quais passarão necessariamente pela recolha seletiva e valorização dos resíduos. Relativamente à terceira questão, respeitante ao Centro de Saúde, foi esclarecido que o auto de entrega provisória incidiu exclusivamente sobre o espaço exterior. Uma vez que o financiamento do PRR contempla apenas o edifício, o Município assumiu inicialmente o financiamento do arranjo exterior, tendo posteriormente conseguido obter comparticipação através do Programa Acelerar, o que obrigou ao cumprimento de determinados requisitos, nomeadamente a conclusão física e financeira da obra dentro de prazos rigorosos, os quais foram cumpridos. A obra do edifício do Centro de Saúde tem decorrido de forma globalmente positiva, com cumprimento dos prazos estabelecidos, registando-se apenas alguns ajustamentos e correções ao projeto inicial, resultantes da necessidade de adequação a exigências técnicas e funcionais. Entre esses ajustamentos, foi referida a alteração do muro delimitador inicialmente previsto, bem como outros aspetos identificados aquando da visita do Conselho de Administração da ULS, em conjunto com os profissionais de saúde, tendo sido solicitadas algumas alterações ao projeto, as quais têm sido devidamente apreciadas e aprovadas em sede de Câmara Municipal. Foi indicada como previsão a conclusão do edifício por volta do mês de março. Foi ainda referido que, independentemente dessa conclusão, a mudança do atual Centro de Saúde para as novas instalações não seria viável durante o



período de inverno, atendendo ao maior volume de trabalho e às dificuldades operacionais associadas. Nesse sentido, a Unidade de Saúde Familiar já manifestou a sua disponibilidade para proceder à mudança no início da primavera, solução considerada mais adequada e eficaz. Foi reforçado que o projeto se encontra dentro dos prazos definidos pelo PRR e que o Município está a cumprir os objetivos a que se propôs. Relativamente ao edifício do atual Centro de Saúde, foi referido que o Município se encontra a estudar soluções para a sua futura utilização, pretendendo evitar grandes intervenções estruturais, embora sejam necessárias algumas adaptações, dado que o edifício se encontra compartimentado em função da sua utilização anterior. Está prevista a instalação de serviços e atividades municipais, designadamente a Universidade Sénior, bem como outros projetos e valências de apoio à comunidade, considerando-se que se trata de uma área consolidada, com equipamentos escolares e uma população residente significativa, o que justifica a dinamização do espaço. No que respeita à plantação de árvores e às intervenções no espaço público envolvente, foi referido que as árvores se encontram previstas, estando a sua execução dependente da disponibilidade dos empreiteiros, num contexto em que vários concursos têm ficado desertos devido à falta de capacidade das empresas. Foram já escolhidas as espécies a plantar, prevendo-se que a situação fique resolvida no início do ano. Está igualmente prevista a intervenção e reabilitação de passeios e de outras áreas públicas na zona envolvente, designadamente entre o Centro Escolar da Fundação José Relvas e a escola, onde os passeios se encontram bastante degradados. Relativamente às intervenções viárias, nomeadamente na Rua Afonso de Albuquerque, foi esclarecido que a mesma exige a elaboração de um projeto específico, não se tratando de uma simples intervenção de pavimentação. Foi necessário definir a configuração dos passeios, a sua localização e a drenagem adequada das águas pluviais, uma vez que atualmente não se encontram asseguradas condições adequadas de escoamento. O projeto encontra-se desenvolvido, estando prevista a intervenção durante o corrente ano, a par de outras vias e de intervenções pontuais em zonas particularmente degradadas. Por fim, relativamente à questão do estacionamento, foi esclarecido que a atual bolsa de estacionamento em terra batida não é propriedade do Município, pertencendo à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, que tem permitido a sua utilização através de um contrato de longa duração. A Caixa pretende realizar uma intervenção urbanística na área da sua agência, incluindo a alteração do acesso principal, passando este da Estrada Nacional 118 para a zona do largo da bomba de gasolina. Neste contexto, o Município encontra-se a avaliar, em articulação com a Caixa, a possibilidade de estabelecer uma parceria que permita a criação de uma nova bolsa de estacionamento na zona posterior ao edifício. Foi referido que o Município solicitou informação quanto ao valor do terreno, considerando que o mesmo se encontra atualmente acima do que seria expectável, pelo que se continuará a trabalhar



no sentido de encontrar soluções alternativas que salvaguardem o interesse público. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, questionou se a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo tenciona fazer esse tipo de contrato. -----

--- Respondeu a senhora Presidente, que começou por referir que a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo informou que o terreno se encontra à venda, manifestando interesse na sua alienação. Foi referido que a entidade apenas poderá responder ao valor atualmente solicitado caso venha a reunir condições financeiras para tal, ficando, posteriormente, ao seu critério a definição do uso a dar ao terreno. Salientou-se ainda que o terreno permanece nessa situação por não terem sido apresentadas propostas de aquisição até ao momento. Foi igualmente referido que a proposta apresentada incide fundamentalmente sobre a possibilidade de aquisição do terreno. No entanto, encontra-se também em análise a eventualidade de, nesta fase, se proceder ao alargamento da zona plana para além da área do Mercado Municipal, nomeadamente para o lado direito do mesmo, no âmbito de uma parceria com a Caixa de Crédito. Esta hipótese será avaliada, tendo em conta, designadamente, o respetivo impacto financeiro. -----

--- **Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:** -----

--- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

--- **01: Deliberação – Proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 26 de novembro de 2025 - N.º 3/2025 - Mandato 2025 – 2029.** -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo sugeriu algumas correções à ata. -----

--- O senhor Vereador Mário Pereira sugeriu algumas correções à ata. -----

--- **Deliberação:** A Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 26 de novembro de 2025 - N.º 3/2025 - Mandato 2025 – 2029, foi aprovada por unanimidade depois das alterações efetuadas. -----

--- **02: Deliberação – Proposta de aprovação de Minuta de Protocolo a estabelecer com o Centro de Reabilitação e Integração de Almeirim – CRIAL, no âmbito das Atividades Socialmente Úteis.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referiu que este tipo de protocolos de cooperação tem vindo a ser celebrado ao longo dos últimos anos, tendo demonstrado a sua importância e utilidade na resposta a determinadas situações que envolvem jovens do concelho. Foi ainda salientado que estes instrumentos de cooperação continuam a revelar-se pertinentes e adequados, permitindo a integração dos jovens em atividades com relevância social e comunitária. Nesse sentido, foi proposta a continuidade da celebração



destes protocolos, considerando-se que a parceria com o CRIAL tem vindo a ser positiva e que esta entidade tem desenvolvido de forma consistente os projetos previstos. -----

--- O senhor Vereador Mário Pereira tomou a palavra, questionou se estes protocolos eram assinados com uma cobertura anual ou se eram situações pontuais, para responder a situações pontuais da hipoterapia.-

--- Interveio a senhora Presidente, esclareceu que a celebração do protocolo se revela necessária, uma vez que o mesmo depende do número de utilizadores, nomeadamente do número de jovens para os quais se contratam estes serviços e atividades. Nesse sentido, o protocolo é ajustado em função dessas necessidades concretas. Foi referido que a prática tem sido a celebração anual destes protocolos, o que permite uma adequação contínua às situações existentes em cada ano. Acrescentou ainda que este procedimento se afigura igualmente relevante para a própria entidade parceira, neste caso o Centro de Reabilitação e Integração de Almeirim (CRIAL), na medida em que lhe possibilita uma melhor planificação e organização das suas atividades. -----

--- **Deliberação:** A Minuta de Protocolo a estabelecer com o Centro de Reabilitação e Integração de Almeirim – CRIAL, no âmbito das Atividades Socialmente Úteis, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **03: Ratificação – Proposta de ratificação de atribuição de apoio à “Associação Popular de Cultura e Recreio do Casalinho” para a realização da Festa de Natal.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referiu que a proposta de ratificação da atribuição de um apoio financeiro à “Associação Popular de Cultura e Recreio do Casalinho”, destinado à realização da Festa de Natal, com especial enfoque no “Baile de Natal” promovido pela associação. Frisou a importância do evento para a comunidade local, destacando-se o caráter cultural e recreativo da iniciativa, que visa promover a convivência, o espírito de solidariedade e a animação no período festivo. Foi ratificado o apoio financeiro no valor de 150,00€, destinado a custear despesas relacionadas com a organização do Baile de Natal, garantindo a realização do evento conforme previsto pela Associação. -----

--- **Ratificação:** O Despacho, datado de 23 de novembro de 2025, autorizando a atribuição de um apoio, no montante de 150,00€ ao “Centro Popular de Cultura e Recreio do Casalinho”, que irá permitir a realização do evento designado por “Baile de Natal”, contribuindo assim para a dinamização cultural e recreativa do Concelho de Alpiarça, foi ratificado por unanimidade. -----

--- **04: Ratificação - Procedimento de Concurso Público n.º 02/2025/CCE para a celebração de Acordos-Quadro para a “Aquisição de Combustíveis Rodoviários, Gás Propano a Granel e Lubrificantes” - Decisão de não adjudicação e extinção do Procedimento, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 79.º e 80.º**



do Código dos Contratos Públicos. -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referiu que foi submetida para ratificação a decisão de não adjudicação e de extinção do procedimento, nos termos do Código dos Contratos Públicos. Foi esclarecido que o procedimento foi promovido através da Comunidade Intermunicipal. No que respeita a um dos lotes, foram apresentadas várias propostas, tendo sido efetuada a respetiva análise técnica. Do relatório final resultou a proposta de adjudicação do Lote 4 à entidade Gradoil – Lubrificantes e Combustíveis. No entanto, aquando da verificação dos documentos de habilitação, constatou-se a falta da declaração emitida pela Direção-Geral de Energia e Geologia, necessária à validação da qualidade de operador do Sistema Petrolífero Nacional, pelo que a entidade adjudicatária não se encontrava legalmente habilitada para executar o contrato, tendo o ato de adjudicação caducado. Na sequência, foi deduzida impugnação e apresentado pedido de desclassificação, originando um processo controvertido. Face a este enquadramento, foi deliberado extinguir o procedimento pré-contratual e revogar a decisão de contratar.

--- O senhor Vereador Mário Pereira tomou a palavra, questionou se este lote terá de ser novamente colocado a concurso internacional. Até lá, questionou se o fornecimento continua a ser feito pela entidade anterior. -----

--- Interveio a senhora Presidente, esclareceu que o fornecimento continua a ser feito pela entidade, até porque estão a falar de fornecimentos para o futuro e, portanto, não está comprometido este fornecimento. -----

--- **Ratificação:** Os pontos referidos na informação foram ratificados por unanimidade. -----

--- 05: Conhecimento - Compromissos Plurianuais assumidos durante o Mandato 2021-2025. -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, apresentou para conhecimento da Câmara a declaração dos compromissos plurianuais assumidos durante o mandato de 2021–2025, em cumprimento da exigência legal que determina a submissão ao órgão executivo da relação dos compromissos plurianuais assumidos no decurso do respetivo mandato. Esclareceu que os compromissos plurianuais se encontram vertidos no quadro constante da documentação disponibilizada aos senhores Vereadores, estando maioritariamente associados a fornecimentos de bens e serviços de natureza consumível, cujos encargos financeiros implicam a realização de pagamentos repartidos por vários anos. -----

--- **Conhecimento:** Foi dado conhecimento da lista de Compromissos Plurianuais assumidos durante o Mandato 2021-2025. -----

--- 06: Ratificação – Proposta de manutenção de Tarifário para 2026 – Águas do Ribatejo. -----



--- A senhora Presidente tomou a palavra, referiu que foi submetida à Câmara a proposta de manutenção do tarifário das Águas do Ribatejo para o ano de 2026, para ratificação, nos termos habituais. Esclareceu que a presente proposta resulta da análise continuada realizada pela própria empresa Águas do Ribatejo, com base na manutenção de custos dentro dos padrões de referência face a outras empresas do setor de fornecimento de água. Mencionou que, desde o início, os valores tarifários praticados pela Águas do Ribatejo se mantêm comparativamente inferiores aos de outras empresas congéneres, tanto da região como do país, assegurando a sustentabilidade financeira da empresa e a qualidade dos serviços prestados. A empresa mantém a capacidade de fornecer água e prestar os serviços associados de forma sustentável e eficiente, garantindo preços mais vantajosos que os praticados por outras entidades similares, ao mesmo tempo que cumpre rigorosamente os níveis de qualidade exigidos, fiscalizados intensamente pelas entidades competentes, nomeadamente pela ERSAR. No que respeita à atualização tarifária, foi esclarecido que a proposta prevê apenas a aplicação do índice de inflação, correspondente ao percentual do Índice de Preços ao Consumidor, de forma a ajustar a tarifa à variação esperada dos custos na economia, mantendo inalterados os valores fixados para o ano anterior. Não se propõe, portanto, qualquer aumento adicional para além desta atualização baseada na inflação, tendo sido ressaltada a continuidade da política de preços da empresa, que assegura a manutenção da sustentabilidade, eficiência e qualidade dos serviços prestados aos consumidores. -----

--- O senhor Vereador Mário Pereira tomou a palavra, referiu que estão de acordo com o argumentário apresentado relativamente a uma questão ou outra que a ERSAR levantou. Reafirmando a necessidade destas alterações que ocorreram anteriormente na estrutura do tarifário. Mas de qualquer maneira, iriam abster-se, visto que tinha sido essa a posição inicial relativamente à proposta de Tarifário para o ano 2026.

--- Interveio a senhora Presidente, esclareceu que a questão relativa ao tarifário já havia sido deliberada previamente, sendo que a submissão atual decorre de um procedimento habitual, presente praticamente todos os anos, desde o início do atual mandato. Explicou que, após o envio da proposta da Câmara à ERSAR, a entidade reguladora levanta frequentemente um conjunto de questões adicionais. Considerou que, dado que as entidades reguladoras não estão localmente no terreno, algumas exigências deveriam ser uma opção gestonária da própria empresa, relativamente àquilo que é o pressuposto de servir os seus consumidores. É possível manter a estrutura tarifária e as opções que consideram ser as mais vantajosas para os municípios. Salientou que, no presente documento, a Águas do Ribatejo apresenta fundamentação detalhada para a manutenção da estrutura tarifária existente, abrangendo não apenas as tarifas relativas ao consumo e abastecimento de água, mas também os restantes pressupostos tarifários, incluindo as tarifas aplicadas à recolha de resíduos, manutenção de fossas e outros serviços associados,



todos previamente objeto de questões colocadas pela ERSAR. -----

--- **Ratificação:** A Proposta de manutenção de Tarifário para 2026 – Águas do Ribatejo, foi ratificada por maioria com as abstenções dos senhores Vereadores da CDU. -----

--- **07: Deliberação – Proposta de aprovação da designação de Fiscal Único da “AR – Águas do Ribatejo, E.I.M., S.A.” para o Mandato 2025-2029.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referiu que a proposta consiste na manutenção do Fiscal Único atualmente em exercício, garantindo a continuidade e a estabilidade da fiscalização da empresa, que tem sido desempenhada nos últimos anos. Conforme a proposta apresentada, mantém-se a designação de “Martins Pereira, João Careca & Associados, SRC Lda”, representada por João António Carvalho Careca, como Fiscal Único das Águas do Ribatejo, sendo Elsa Maria Trindade Gomes Câncio Martins designada como ROC suplente. Informou que, a remuneração ilíquida anual prevista para o exercício da função de fiscal único é de 11.000€, aplicável para o mandato de 2025–2029. -----

--- O senhor Vereador Mário Pereira tomou a palavra, referiu que iriam votar favoravelmente, não havendo nada a apontar. -----

--- **Deliberação:** A designação de “Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda”, representada por João António Carvalho Careca, ROC, tendo como ROC suplente Elsa Maria Trindade Gomes Câncio Martins, ROC, para Fiscal Único da “AR – Águas do Ribatejo, E.I.M., S.A.”, com uma remuneração ilíquida anual de 11.000,00€, para o Mandato 2026-2029, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **08: Deliberação – Proposta de deliberação quanto ao cumprimento da obrigação de equilíbrio de contas prevista na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, referente à Empresa Intermunicipal de Transportes Lezíria do Tejo EIM, SA.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referiu que na sequência do processo de constituição da referida Empresa Intermunicipal de Transportes, verificou-se um constrangimento pontual relativamente ao Município do Cartaxo, que não implicava, contudo, qualquer impacto financeiro imediato, uma vez que o Município tem condições para participar plenamente no consórcio que constitui a empresa. Contudo, estando o Município do Cartaxo intervencionado pelo Fundo de Apoio Municipal, tornava-se necessário obter o parecer favorável do FAM para que pudesse assumir os compromissos decorrentes da criação da nova empresa. A questão foi colocada em reunião da Comunidade Intermunicipal pelo senhor Presidente da Câmara do Cartaxo, tendo-se esclarecido que a necessidade do parecer do FAM decorre do cumprimento da lei, e não de qualquer encargo adicional. Explicou que, sempre que uma empresa pública



apresenta desequilíbrio nas contas, os municípios que participam na sociedade têm a obrigação de repor tempestivamente os montantes necessários para garantir o equilíbrio das contas, nos termos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 40.º da Lei n.º 52/2012, na sua redação atual. Esta reposição deve ocorrer dentro de um prazo que permita ultrapassar a situação e evitar que o desequilíbrio se transfira para as contas municipais, efetuando a transferência financeira correspondente no mês seguinte à apreciação das contas da empresa. O objetivo desta medida é assegurar que o resultado final da empresa se mantenha equilibrado, reiterando uma obrigação que já decorre da lei, mas que foi considerada necessária pelo FAM e pelo Município do Cartaxo para formalização e clareza de responsabilidades. -----

--- O senhor Vereador Mário Pereira tomou a palavra, salientou que, na prática, a situação apresentada é inevitável, não fazendo sentido que o Município do Cartaxo fique excluído do processo, por razões de solidariedade intermunicipal e de gestão prática do projeto. Reforçou que, embora existam alguns constrangimentos pontuais relativos à situação específica do Município do Cartaxo, é adequado que os municípios assumam a responsabilidade legal de garantir o equilíbrio de contas da empresa, garantindo a sua sustentabilidade. Contudo, espera que não seja necessário efetivamente concretizar essa reposição, dado que a empresa intermunicipal de transportes deverá entrar em funcionamento e cumprir plenamente o seu objetivo de servir melhor as populações. Sublinhou que não faria qualquer sentido inviabilizar o início do funcionamento da empresa devido a esta questão pontual, sendo esta solução a mais adequada e coerente com os princípios de colaboração e responsabilidade partilhada entre os municípios. -----

--- **Deliberação:** A Proposta de deliberação quanto ao cumprimento da obrigação de equilíbrio de contas prevista na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, referente à Empresa Intermunicipal de Transportes Lezíria do Tejo EIM, SA, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **09: Conhecimento - Auto de Receção Provisória Parcial - Empreitada de Construção da Unidade de Saúde Familiar de Alpiarça e Arranjos Exteriores.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referiu que o auto de receção provisória parcial da empreitada teve como objetivo possibilitar a concretização da obra dos arranjos exteriores, permitindo garantir o financiamento de parte da mesma através do programa Portugal 2030. Trata-se de um auto de receção provisória, elaborado após vistoria à obra, a qual se encontrava globalmente em conformidade com o programa estabelecido. No entanto, foram identificados alguns defeitos e vícios, correspondentes essencialmente a trabalhos ainda não concluídos. Face ao verificado e nos termos acordados, foi concedido um prazo razoável de 30 dias para a retificação dos defeitos e vícios identificados. Esta solução



visa assegurar a conclusão da obra dentro do prazo definido, permitindo o cumprimento das condições necessárias para a obtenção do financiamento referido. Salientou que este procedimento é habitual no âmbito deste tipo de empreitadas. -----

--- O senhor Vereador Mário Pereira tomou a palavra, colocou uma questão que, embora não estivesse diretamente relacionada com o ponto em discussão, se prendia com a relação entre a Câmara Municipal de Alpiarça e os Ministérios que asseguraram o financiamento de determinadas obras cujo dono da obra deixou de ser a Câmara, em conformidade com os acordos estabelecidos. Em concreto, foi referido o caso do Quartel da GNR, no âmbito da articulação com o Ministério da Administração Interna. -----

--- Interveio a senhora Presidente, esclareceu que esta situação é distinta, uma vez que não se trata de um contrato interadministrativo. Trata-se de uma candidatura apresentada e assumida pelo Município no âmbito do PRR, sendo o financiamento do edifício assegurado por esse programa. -----

--- O senhor Vereador Mário Pereira tomou a palavra, referiu que não obstante se tratar de uma candidatura assumida pelo Município no âmbito do PRR, existe o compromisso da Administração Central em comparticipar financeiramente uma parte da intervenção. -----

--- Interveio a senhora Presidente, esclareceu que no caso do Centro de Saúde, foi esclarecido que não existe comparticipação da Administração Central para os arranjos exteriores, uma vez que a candidatura apresentada ao PRR abrangeu apenas o edifício considerado elegível. Os trabalhos referentes aos arranjos exteriores não se encontram incluídos nem são elegíveis no âmbito do PRR. -----

--- O senhor Vereador Mário Pereira tomou a palavra, referiu que não se estava a referir ao edifício. -----

--- Interveio a senhora Presidente, esclareceu que o edifício é financiado a 100% pelo PRR, não existindo qualquer transferência direta do Estado, nem contrato interadministrativo, ao contrário do que sucede nas candidaturas ao Portugal 2030, nas quais existe uma componente de financiamento nacional. Neste caso concreto, coexistem duas componentes distintas de financiamento da obra: o edifício, financiado integralmente pelo PRR e os arranjos exteriores da responsabilidade do Município. Mencionou que a parte referente ao Município, inicialmente assumida a 100% com recursos próprios, passou a poder ser objeto de candidatura ao Portugal 2030, através do Programa Acelerar, tratando-se, no entanto, de uma candidatura ainda de carácter indicativo. -----

--- O senhor Vereador Mário Pereira tomou a palavra, referiu que no seu entendimento existia a perceção de que uma parte do financiamento corresponderia a uma componente nacional. -----

--- Interveio a senhora Presidente, esclareceu que, neste caso, o financiamento é exclusivamente PRR, não



existindo qualquer componente nacional. -----

--- O senhor Vereador Mário Pereira tomou a palavra, questionou se no caso do Quartel da GNR, no âmbito da relação com o Ministério da Administração Interna, tem vindo a ser cumprido o pagamento integral das faturas por parte daquela entidade. -----

--- Interveio a senhora Presidente, esclareceu que no caso do Quartel da GNR, a situação é diferente, pois trata-se de um contrato interadministrativo. Apesar de o financiamento ser PRR, a candidatura foi submetida pelo Ministério da Administração Interna, sendo este responsável pelo financiamento integral do projeto. Informou que, quanto às transferências relativas ao pagamento da parte do Município, o processo de fecho de contas ainda está em curso, para apurar eventuais trabalhos adicionais e compensações. Apesar disso, ao longo do tempo, as transferências têm vindo a ser efetuadas de forma regular. -----

--- O senhor Vereador Mário Pereira tomou a palavra, questionou se alguma vez ocorreu alguma dificuldade de relacionamento entre as partes envolvidas. -----

--- Interveio a senhora Presidente, esclareceu que no caso concreto, não ocorreram problemas. Os autos eram enviados regularmente e as operações decorreram sem incidentes. Salientou, no entanto, que esta é uma questão que se coloca frequentemente neste tipo de operações, podendo surgir, por vezes, entendimentos diferentes entre as partes. Referiu que as maiores dificuldades têm surgido relativamente ao PRR, mais do que nos contratos interadministrativos, devido à necessidade de validação dos processos em plataformas digitais. Se houver algum obstáculo como uma fatura com erro ou número de série incorreto, o recebimento dos montantes pode ficar temporariamente impedido, sendo necessário proceder às correções para avançar com o processo. Apesar destas questões técnicas, tem sido possível resolver as situações e, neste aspeto, não têm existido problemas. No que diz respeito ao MAI, não houve qualquer dificuldade, a obra foi planeada e acompanhada de forma próxima pelo próprio MAI, e, desse ponto de vista, decorreu tudo corretamente. -----

--- **Conhecimento:** Foi dado conhecimento do Auto de Receção Provisória Parcial - Empreitada de Construção da Unidade de Saúde Familiar de Alpiarça e Arranjos Exteriores. -----

--- **10: Ratificação – Proposta de ratificação da aprovação dos Trabalhos Complementares nº 4 e aprovação da Minuta do Contrato - Empreitada de Construção da Unidade de Saúde Familiar de Alpiarça e Arranjos Exteriores.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que a obra tem sido acompanhada de forma contínua,



não apenas pela equipa de fiscalização contratual, mas também pelos serviços próprios da Câmara, através de um acompanhamento técnico detalhado. Durante as inspeções e reuniões de acompanhamento, foi detetada uma deformação na pala exterior, situação que suscitou a necessidade de análise técnica conjunta entre a equipa de projeto e a empresa construtora. Após avaliação, concluiu-se que se torna necessário a adoção de um reforço estrutural da laje, implicando uma alteração no projeto original, nomeadamente a construção de um pilar metálico independente da fundação existente. O valor resultante destes trabalhos complementares, referentes a circunstâncias imprevistas, ascende a 10.262,84€ mais IVA. Ressalvou que já haviam sido aprovados outros trabalhos complementares, pelo que a soma dos valores permanece dentro dos limites legais previstos para alterações ao contrato inicial. Propõe-se, assim, a ratificação do Despacho, datado de 10 de dezembro, que autorizou os Trabalhos Complementares nº 4, incluindo a prorrogação do prazo da obra por mais 20 dias e a autorização da despesa correspondente. Igualmente, propõe-se a aprovação da minuta do contrato relativo aos trabalhos complementares. -----

--- **Ratificação:** A ratificação da aprovação dos Trabalhos Complementares nº 4 e a aprovação da Minuta do Contrato - Empreitada de Construção da Unidade de Saúde Familiar de Alpiarça e Arranjos Exteriores, foram aprovados por maioria com as abstenções dos senhores Vereadores da CDU. -----

--- **11: Deliberação – Proposta de autorização de abate de bens ao inventário – Edifício Casa dos Patudos - Museu de Alpiarça.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referiu que foi submetida à Câmara a proposta de autorização de abate de bens existentes no inventário do edifício da Casa dos Patudos - Museu de Alpiarça, para deliberação, nos termos habituais. Informou que se trata de equipamentos obsoletos, que já não se encontram em utilização, nomeadamente um desumidificador, uma destruidora de papel e um segundo desumidificador. Propõe-se, assim, a autorização do abate dos referidos equipamentos, atualizando-se o inventário e garantindo a adequada gestão dos bens patrimoniais da Casa dos Patudos - Museu de Alpiarça. -----

--- **Deliberação:** O abate de bens, situados no Edifício Casa dos Patudos - Museu de Alpiarça, constantes da listagem prevista na Informação interna da Subunidade orgânica de Património, foi aprovado por unanimidade. -----

--- **12: Ratificação – Ratificação da aprovação de Trabalhos a Menos - Construção do Posto Territorial da GNR de Alpiarça.** -----



--- A senhora Presidente tomou a palavra, referiu que, como é habitual em empreitadas, existem normalmente trabalhos complementares (trabalhos a mais), bem como um conjunto de trabalhos a menos, correspondentes a serviços ou intervenções que, após análise técnica, não se revelaram necessários para a execução da obra. No presente caso, os trabalhos a menos foram avaliados em 65.944,29€, valor que se encontra inferior ao limite de 20% do preço contratual inicial, pelo que não há lugar a pagamento de indemnização ao empreiteiro. Propõe-se, assim, que a Câmara delibere ratificar a aprovação da supressão dos trabalhos a menos, no valor indicado, procedendo à dedução correspondente ao preço contratual, sem aplicação de qualquer compensação adicional ao empreiteiro, mantendo-se todos os demais termos do contrato conforme previamente estabelecido. -----

--- **Ratificação:** A aprovação da supressão dos trabalhos a menos no valor de 65.962,30€, bem como a respetiva dedução ao preço contratual do montante correspondente aos trabalhos a menos, sem aplicação de qualquer indemnização adicional ao empreiteiro, foi ratificada por maioria com as abstenções dos senhores Vereadores da CDU. -----

--- **13: Deliberação – Proposta de Mapa de Pessoal para o ano 2026.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, esclareceu que a proposta resulta de um planeamento detalhado do funcionamento do Município, tendo em consideração as necessidades de postos de trabalho necessários ao desenvolvimento das respetivas atividades. A análise inclui uma avaliação do peso do recurso humano nas contas municipais e procura compatibilizar a necessidade de reforço de equipas com as limitações orçamentais. Salientou que, com a internalização de vários trabalhos, o Município tem conseguido reduzir a dependência de empresas externas, o que implica a criação de mais postos de trabalho e o reforço do número de trabalhadores. Além disso, face ao crescimento das responsabilidades municipais, ao aumento da população e à complexidade das atividades, incluindo questões estruturais e desafios decorrentes das alterações climáticas, a proposta visa assegurar a capacidade operacional adequada da autarquia. Mencionou ainda que a proposta contempla não apenas a substituição de aposentadorias, mas também o planeamento estratégico do desenvolvimento das atividades municipais, garantindo respostas eficazes nas diversas áreas de intervenção. Embora reconhecendo o impacto orçamental desta decisão, sublinhou-se que se trata de uma medida estratégica, que permite robustecer a capacidade da Autarquia, agilizar o funcionamento interno e assegurar condições para dar resposta adequada às necessidades do Município. -----

--- O senhor Vereador Mário Pereira tomou a palavra, referiu que devido à atenção e minúcia necessárias para analisar estas questões, os membros da oposição dispõem de tempo limitado para realizar uma



análise aprofundada dos documentos. Relativamente ao mapa de pessoal, assim como aos documentos previsionais, referiu que ainda não foi possível reunir e analisar integralmente toda a documentação, o que motivou alguma dificuldade na tomada de posição. Face a esta limitação de disponibilidade, decidiram abster-se na deliberação sobre o mapa de pessoal, reservando-se para a Assembleia Municipal, onde haverá mais tempo e mais eleitos para analisar os documentos, colocar questões adicionais e adotar uma posição definitiva. -----

--- **Deliberação:** A Proposta de Mapa de Pessoal para o ano 2026, foi aprovada por maioria com as abstenções dos senhores Vereadores da CDU. -----

--- **14: Deliberação – Proposta de aprovação do início do procedimento de elaboração do “Regulamento da Creche Municipal de Alpiarça”.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referiu que o Município já procedeu à abertura de um concurso para a reabilitação do edifício onde será instalada a Creche Municipal, encontrando-se este processo em curso e avançado do ponto de vista da sua execução. O objetivo da presente deliberação é dar início ao procedimento de elaboração do “Regulamento da Creche Municipal de Alpiarça”, de forma a garantir que, assim que a infraestrutura esteja concluída, existam condições legais e regulamentares para o seu funcionamento. Mencionou que, paralelamente, já se procedeu à colocação em mapa pessoal dos postos de trabalho necessários para a futura contratação do pessoal que assegurará o funcionamento da Creche. O Regulamento a elaborar deverá consolidar as exigências legais, bem como os requisitos definidos pela Segurança Social, permitindo a celebração do protocolo com esta entidade e assegurando a operação da creche de acordo com os padrões aplicáveis a outras unidades do género em municípios similares. O propósito é que a Creche Municipal de Alpiarça esteja concretizada e operacional durante o próximo ano, com a construção avançada e todos os procedimentos administrativos e regulamentares devidamente concluídos, incluindo a contratação do pessoal e a aprovação do Regulamento de funcionamento, garantindo a plena entrada em funcionamento da unidade. -----

--- **Deliberação:** O início do procedimento de elaboração do “Regulamento da Creche Municipal de Alpiarça”, foi aprovado por unanimidade. -----

--- **15: Deliberação – Proposta de aprovação do Projeto de Carta Municipal de Habitação (CMH) do Concelho de Alpiarça - “Relatório de Diagnóstico Prospetivo”/“Proposta Preliminar” e “Estratégia” e submissão a consulta pública.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referiu que esta proposta tem como objetivo a análise e aprovação pelo Município, seguindo-se posteriormente os momentos de submissão à



consulta pública e aprovação final. Deu nota de que a elaboração da Carta Municipal de Habitação foi realizada no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, através de um contrato celebrado com a empresa “Terraforma - Sociedade de Estudos e Projectos, Lda”, responsável pela preparação de 10 das 11 cartas municipais de habitação da região, adaptadas às condições específicas de cada Município. Salientou que a proposta apresentada tinha sido desenvolvida antes das eleições autárquicas, mas que se optou por submeter o instrumento à aprovação após esse período, considerando-o estratégico para o desenvolvimento municipal. Referiu que a elaboração teve como preocupação principal que as indicações e recomendações fossem ajustadas à realidade local, não se limitando apenas à análise regional ou nacional, procurando responder aos constrangimentos específicos do Município. Mencionou que o documento apresenta um diagnóstico detalhado da situação atual, bem como uma projeção para o futuro, considerando o desenvolvimento do Município e as necessidades habitacionais emergentes. Abrange não apenas a habitação social e as pessoas com carência económica, mas também outras modalidades, nomeadamente a habitação destinada à classe média e, de forma especial, às jovens famílias que se fixam em Alpiarça e enfrentam dificuldades de acesso à habitação em termos de custo. Referiu que a Carta Municipal de Habitação ainda percorrerá um processo de análise longo, sendo a submissão à consulta pública um momento relevante para a participação da Comunidade, permitindo a integração de propostas e melhorias que venham a ser apresentadas. -----

--- O senhor Vereador Mário Pereira tomou a palavra, manifestou que, tal como ocorre com outros documentos de maior dimensão e densidade, houve alguma dificuldade em analisar esta proposta com o detalhe desejado. No entanto, tendo em consideração que o projeto será submetido a consulta pública, permitindo a incorporação de contributos e propostas adicionais, manifestaram a intenção de votar favoravelmente nesta fase, com o objetivo de poderem analisar o documento com maior profundidade e, eventualmente, apresentar sugestões. Questionou sobre quais os municípios que não participam na elaboração das 11 cartas municipais de habitação promovidas no âmbito da Comunidade Intermunicipal.--

--- Interveio a senhora Presidente, esclareceu que, embora não tenha certeza absoluta, pensa que o Município da Azambuja não participa na elaboração das 11 cartas municipais de habitação da Comunidade Intermunicipal. Esta informação é relevante, nomeadamente para corresponder a necessidades de concursos, financiamento ou outros procedimentos futuros. -----

--- O senhor Vereador Mário Pereira tomou a palavra, reiterou a intenção de votar favoravelmente nesta fase, considerando que o documento poderá ser melhor apreendido e, ao mesmo tempo, permanecer aberto à incorporação de eventuais propostas e sugestões provenientes da consulta pública e da



discussão política subsequente. Questionou em relação à Carta Educativa, se há perspectiva de que esta venha a ser revista. -----

--- Interveio a senhora Presidente, esclareceu que todas as cartas educativas iriam sofrer atualizações, embora algumas com maior celeridade do que outras. Foi referido, por exemplo, o caso do Entroncamento e de Salvaterra, onde se verifica a necessidade de revisão imediata, devido a um conjunto de investimentos e obras escolares previstas, dependentes dessa atualização. Destacou ainda que a população tem vindo a aumentar, nomeadamente em função da perspectiva de desenvolvimento do aeroporto, pelo que algumas cartas educativas seriam atualizadas mais rapidamente, mas todas seriam recebidas e analisadas pelo Município. -----

--- **Deliberação:** A Proposta de aprovação do Projeto de Carta Municipal de Habitação (CMH) do Concelho de Alpiarça - “Relatório de Diagnóstico Prospetivo”/“Proposta Preliminar” e “Estratégia” e submissão a consulta pública, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **16: Deliberação – Aprovação da Isenção da Renda Mensal – DEZEMBRO - ELH 1º DT.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referiu que já havia sido aprovada a isenção de rendas para os beneficiários do programa. Contudo, o mês de dezembro não tinha sido contemplado, sendo necessário atualizar a situação para garantir a consistência e a aplicação correta da medida. Explicou que a isenção decorre dos constrangimentos verificados durante a execução das obras, nomeadamente devido à ação da providência cautelar, que provocou um atraso substancial nos trabalhos, obrigando à suspensão temporária da obra e à posterior retomada pela empresa, dentro de um prazo adequado. Em consequência destes atrasos, não foi possível entregar algumas das habitações aos beneficiários até ao final do ano, tornando inviável a cobrança das rendas referentes a dezembro. Reafirmou que, enquanto os beneficiários estiverem provisoriamente alojados e não ocuparem as habitações que lhes foram atribuídas, não haverá cobrança de rendas. O pagamento das rendas recomeçará normalmente assim que os beneficiários passarem a ocupar as respetivas habitações, de acordo com os modalidades e prazos estabelecidos nos contratos de arrendamento. -----

--- **Deliberação:** A isenção da renda mensal referente às habitações sociais do Município sito, Bairro dos 46 Fogos (Bloco A, D e E) para o mês de Dezembro, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **17: Deliberação – Proposta de aprovação do Pagamento da Contrapartida do Município de Alpiarça à Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, no âmbito das Brigadas de Sapadores Florestais da Lezíria do Tejo – 1.º Semestre de 2025.** -----



--- A senhora Presidente tomou a palavra, referiu que, conforme é habitual, o apuramento de custos foi deliberado em reunião do Conselho Intermunicipal, tendo sido remetido à Câmara o respetivo mapa de cálculo da contrapartida municipal, acompanhado de ofício solicitando a transferência da verba correspondente. Atendendo ao referido mapa de cálculo, o montante da contrapartida do Município de Alpiarça para o 1.º semestre de 2025 é de 4.357,50€, valor que se propõe transferir à Comunidade Intermunicipal, para cumprimento das obrigações do Município no âmbito das Brigadas de Sapadores Florestais. Deu nota de que, além desta transferência habitual, correspondem a este montante as ações ordinárias a desenvolver pelos Sapadores no território do Município. As eventuais ações extraordinárias, que excedam o previsto, são objeto de compensação financeira adicional, fora deste montante. -----

--- **Deliberação:** A transferência da verba para pagamento da contrapartida do Município de Alpiarça à Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, no âmbito das Brigadas de Sapadores Florestais da Lezíria do Tejo, referente ao 1.º semestre de 2025, no valor de 4.357,50€, foi aprovada por maioria com as abstenções dos senhores Vereadores da CDU. -----

--- **18: Deliberação – Proposta de Documentos Previsionais para o ano de 2026.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, apresentou a proposta do orçamento para o ano de 2026, destacando que o montante global ascende a 17.438.320€, representando um aumento substancial em relação ao ano anterior, aproximadamente 3.000.000€, mesmo sem considerar o financiamento aprovado junto do IHRU para construção de habitação acessível, cerca de 14.000.000€. No orçamento do ano anterior optámos, de forma consciente, por não integrar qualquer verba associada ao protocolo celebrado com o IHRU, apesar do protocolo se encontrar formalmente aprovado. Essa decisão resultou da convicção, que já tínhamos na altura, de que não existiriam condições reais para executar essa verba durante o ano, o que poderia transmitir um sinal errado do ponto de vista da transparência, do rigor orçamental e da credibilidade das contas públicas. Entendem que um orçamento deve refletir expectativas realistas de execução, e não intenções que dificilmente se concretizam no período a que dizem respeito. Por isso, deixaram essas verbas de fora. Este ano, porém, o contexto é diferente, o Município adquiriu já os lotes de terreno destinados à construção da habitação, o estudo prévio encontra-se concluído e aprovado, e estão atualmente em fase de projeto de execução. Da última articulação efetuada com o IHRU, existe a perspetiva clara de que, durante este ano, estariam reunidas as condições para avançar com esta obra estruturante. Importa sublinhar que esta intervenção não se enquadra no conceito clássico de habitação social, mas antes numa resposta de habitação acessível para arrendamento a custos controlados, que é hoje uma das maiores necessidades do concelho e um fator determinante



para a fixação de população ativa. O crescimento do orçamento municipal resulta, em grande medida do aumento das transferências provenientes do Orçamento do Estado, de algum acréscimo da receita fiscal e, sobretudo, do reforço da execução de fundos comunitários e verbas do PRR, numa fase em que vários projetos entram finalmente em execução. Este aumento não resulta de descontrolo da despesa, mas antes de uma maior capacidade de investimento, alicerçada em financiamento externo e numa gestão financeira equilibrada. O orçamento foi desenhado com base num conjunto claro de princípios: sustentabilidade financeira, eficiência na gestão pública, proximidade às populações, promoção do desenvolvimento económico e social, rigor orçamental e responsabilidade financeira, garantindo o equilíbrio das contas municipais no curto e médio prazo. Continuam a privilegiar o investimento público alavancado em fundos comunitários, que permite ao Município concretizar intervenções de maior dimensão sem comprometer a sua estabilidade financeira. Mencionou as seguintes linhas estratégicas de intervenção: - Sustentabilidade Ambiental e Transição Energética: Esta é uma área estruturante da nossa estratégia. O orçamento prevê o reforço das políticas de descarbonização, a redução dos consumos energéticos nos edifícios municipais e a expansão das infraestruturas de produção de energia renovável, nomeadamente através da instalação de painéis fotovoltaicos em escolas, pavilhões e equipamentos desportivos, uma aposta que já está em curso e que pretendem aprofundar. Mantêm também a reabilitação de linhas de água e a valorização ambiental da Vala de Alpiarça. Apesar de terem tentado aceder a um aviso de financiamento recentemente aberto, que exigia um investimento mínimo de cinco milhões de euros, a forte participação exigida ao município e os prazos extremamente reduzidos tornaram inviável a candidatura. Ainda assim, esta continuará a ser uma prioridade, mesmo que com recurso a meios próprios. Prosseguem igualmente com as campanhas de reciclagem e combate ao desperdício, com particular enfoque no setor agrícola; - Desenvolvimento Económico e Apoio ao Emprego: Está prevista a criação de um Programa de Incentivos ao Investimento Local, direcionado para pequenas e médias empresas, comércio e serviços. Paralelamente, reforçam a estratégia de valorização dos produtos agrícolas do concelho, com destaque para o vinho, os produtos hortícolas e a produção sustentável. A dinamização do Parque Empresarial de Alpiarça é outra aposta central, incluindo um investimento relevante em infraestruturas tecnológicas no âmbito do Portugal 2030, que permitirá melhorar significativamente as condições de funcionamento das empresas instaladas e atrair novas atividades económicas. Será igualmente reforçado o trabalho em parceria com entidades empresariais e regionais, designadamente com a NERSANT; - Requalificação Urbana e Mobilidade: O orçamento contempla programas de reabilitação de arruamentos e espaços públicos, com especial atenção à acessibilidade pedonal. Prevê-se ainda a implementação de medidas de mobilidade sustentável, como



ciclovias, vias pedonais urbanas e ligações entre pontos estratégicos do Concelho. A requalificação de bairros e zonas habitacionais envelhecidas continuará a ser uma prioridade, com impacto direto na qualidade de vida e na segurança; - Coesão Social, Educação e Cultura: Mantêm uma forte aposta na ação social, com programas de apoio a famílias vulneráveis, idosos e crianças. No setor da educação, o Município continuará a investir na manutenção e modernização dos equipamentos escolares e na promoção de atividades educativas complementares. Relativamente à Escola EB 2,3 e Secundária, estão a procurar financiamento adicional no âmbito do Portugal 2030 para complementar intervenções já realizadas, colmatando necessidades ainda identificadas pela Escola e pelo Município. Na área cultural, continuam a apoiar associações locais, a dinamizar eventos identitários e a valorizar o património histórico e arqueológico, incluindo a Casa dos Patudos; - Juventude, Desporto e Vida Ativa: Pretendem dinamizar o Conselho Municipal de Juventude, articulando-o com projetos de empreendedorismo, formação e participação cívica. O orçamento prevê ainda a requalificação de equipamentos desportivos, o incentivo ao desporto federado e de lazer, e o desenvolvimento de programas de atividade física para todas as idades; - Inovação e Modernização Administrativa: Prosseguem com o processo de digitalização dos serviços municipais, com reforço do atendimento online e desmaterialização de procedimentos. Está prevista a implementação de soluções de Smart City, em articulação com a CIM, aplicadas à iluminação pública, saneamento e manutenção urbana. Será igualmente reforçado o investimento em formação interna, aumentando a eficiência da administração local; - Gestão Financeira Responsável: Por fim, reafirmam o compromisso com a consolidação financeira, o equilíbrio orçamental e a gestão rigorosa dos recursos públicos. Continuam a maximizar a captação de fundos comunitários e nacionais e a proceder a uma revisão permanente da despesa, assegurando racionalidade, eficiência e transparência. O orçamento prevê a continuidade de obras em curso, como a ampliação do Centro Escolar Professor Abel Avelino e a adaptação do antigo Pré-escolar para Creche Municipal, bem como o lançamento de novos projetos estruturantes. A habitação e os transportes assumem-se como áreas críticas. No transporte, apostaram na reconfiguração do modelo existente e na criação de uma solução municipal de mobilidade interna, a implementar no próximo ano. Mantêm igualmente a aposta na valorização das reservas naturais, na requalificação de edifícios públicos, no reforço da proteção civil e na criação de novos serviços municipais, como o Arquivo Municipal e o Balcão do Empreendedor. Em síntese, este orçamento consolida um caminho de coerência, responsabilidade e ambição, lançando bases sólidas para o mandato, promovendo a competitividade do território e melhorando, de forma sustentável, a qualidade de vida dos munícipes, sempre com contas certas e sem comprometer o futuro financeiro do Município. -----



--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, colocou duas questões, sendo uma delas relacionada com o orçamento. Referiu que, no capítulo 5, página 15, relativo aos rendimentos, mais concretamente à receita proveniente de rendimentos da propriedade, constam os valores de 200.000,00€ referentes a rendas de terrenos, bem como um montante adicional de 316.000,00€ identificado como outras rendas. Questionou se o valor de 200.000,00€ corresponde aos terrenos que se encontravam arrendados e na posse da Agroalpiarça e solicitou esclarecimento quanto à natureza e origem do montante de 316.000,00€, designado como outras rendas. -----

--- Interveio a senhora Presidente, esclareceu que as outras rendas são provenientes da habitação social. Acrescem ainda as receitas provenientes dos direitos de passagem e de instalação de antenas de telecomunicações, entre outras rendas de natureza diversa. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, questionou acerca das sociedades e quase sociedades não financeiras constante da página 18, referente à rubrica venda de bens de investimento, correspondente à conta 9, capítulo 9. -----

--- Interveio a senhora Presidente, esclareceu que esta rubrica se enquadra no capítulo relativo à venda de bens de investimento, os valores inscritos nesta rubrica resultam da média das alienações realizadas ao longo dos últimos anos. Apesar de não existir uma previsão concreta quanto aos bens a alienar, a estimativa de receita é calculada com base nessa média histórica, nomeadamente considerando a alienação do imóvel situado em Lisboa, a qual contribuiu para o aumento significativo da média. Referiu que esta média poderá aumentar caso venham a ser realizadas novas alienações de imóveis, assim como poderá sofrer variações em função das decisões futuras. Contudo, salientou que têm vindo a adquirir imóveis, o que se reflete do ponto de vista da despesa. Assim, trata-se de uma expectativa de receita baseada em critérios técnicos e históricos. Relativamente à referência a sociedades e quase sociedades, foi mencionado tratar-se de conceitos de natureza técnica. -----

--- **Deliberação:** A Proposta de Documentos Previsionais para o ano de 2026, foi aprovada por maioria com as abstenções dos senhores Vereadores da CDU. -----

--- **19: Ratificação – Proposta de ratificação da aprovação da Tabela de Preços dos Livros - “Feira do Livro” do Mercado de Natal”.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que foi submetida à Câmara a proposta de ratificação da aprovação da Tabela de Preços dos Livros referente à “Feira do Livro do Mercado de Natal”, para



deliberação, nos termos habituais. Esclareceu que a Tabela de Preços corresponde à mesma utilizada para a realização da Feira do Livro que se encontra a decorrer no Mercado de Natal. -----

--- **Ratificação:** O Despacho, datado de 19 de dezembro de 2025, a aprovar a Tabela de Preços dos Livros que estão disponíveis para venda na “Feira do Livro do Mercado de Natal”, inserido na programação cultural e educativa do Município de Alpiarça para o ano de 2025, foi ratificado por maioria com as abstenções dos senhores Vereadores da CDU. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

--- Não houve intervenção do público. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pela Presidente, eram 11h43m, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Vanessa Alexandra Pepino dos Santos, Técnica da Subunidade de Administração Geral – Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Alpiarça, a redigi e vou assinar com a senhora Presidente. -----

A Presidente da Câmara Municipal

Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes

A Técnica da Subunidade de Administração Geral

Vanessa Alexandra Pepino dos Santos

Assinatura digital de igual valor probatório dos congéneres em papel com assinatura manuscrita, ao abrigo do Decreto-Lei nº 290-D/99 de 02 de agosto, na atual redação. Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.

